Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 29 de maio de 2014

Ata N.º 7

No dia vinte e nove de maio de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta e nove minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela e da Medalha Municipal de Mérito 2014;

PNTO DOIS – Opção de venda da participação da Câmara Municipal de Palmela no capital social da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, no âmbito do processo de privatização da EGF.

A Mesa foi constituída pela sua Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. José da Cruz Silvério;
- Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luís Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa;

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Eduardo Alexandre Godinho Ferro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- O **Sr. Nidberto Patuleia Paiva da CDU** justificou a ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira** que se encontrava presente.

- O **Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa do PS** justificou a ausência à sessão por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro** que se encontrava presente.

- A **Sra. Rosa Maria Ramos Dinis da CDU** justificou a ausência à sessão por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a saber: **Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira da CDU e Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro do PS,** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação a minuta da Ata Número Quatro datada de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, dispensando-se a sua leitura em virtude de ter sido previamente distribuída. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

Não havendo intervenções, **foi a ata aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e com uma abstenção do Sr. Membro Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS/PP, por não ter estado presente nessa sessão.**

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** deu início ao Período da Ordem do Dia.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela e da Medalha Municipal de Mérito 2014

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos entrar na ordem de trabalhos e no Ponto Um.

Eu começava, como normalmente, por dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para falar neste caso das propostas apresentadas sobre a atribuição da Medalha de Honra do Concelho e da Medalha Municipal de Mérito.

Sr. Presidente por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Sra. Presidente, restantes Membros da Mesa, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, trabalhadores do Município, Sras. e Srs. jornalistas, muito boa noite.

Indo diretamente à proposta tentaria resumi-la. Como é sabido o Município tem um Regulamento de Condecorações e, no âmbito desse Regulamento, tem vindo a ser hábito no concelho por iniciativa do Município mas depois acompanhado pela Comissão de Condecorações Municipais, com uma participação alargada de vários membros, apreciar-se propostas de atribuição de Medalhas de Honra e Municipal de Mérito do concelho.

Acerca disto importa recordar que trata-se de um reconhecimento público do Município a cidadãos, a entidades, por diversas qualidades e valores que defendem mas sobretudo pela sua cidadania, altruísmo, criatividade, esforço e valor artístico, inovação e trabalho que contribuem para o desenvolvimento social, económico, cultural e desportivo da comunidade. São pessoas e instituições em que nos revemos e cujo valor e exemplo são uma referência.

Depois, também este ano, e porque estamos a assinalar o quadragésimo aniversário do 25 de Abril entendeu o Município, também, realçar personalidades e associações que contribuíram para a instalação e manutenção da liberdade e ainda distinguir áreas de atividade que marcam a vida do concelho, nomeadamente empreendedorismo social, economia local e desporto.

Valoriza-se, portanto, com estas propostas a economia local sobretudo aquela dinâmica económica de cuja atividade advieram benefícios assinaláveis para o concelho, destacam-se aqui também individualidades ligadas à atividade para a prática desportiva que são reconhecidas, ou devem merecer reconhecimento, sobretudo pela sua dedicação ou promoção e desenvolvimento das respetivas modalidades desportivas no concelho.

Voltando à temática do quadragésimo aniversário do 25 de Abril, data fundadora do nosso regime democrático, distingue-se pessoas que resistiram ao regime autoritário deposto e também pessoas que através da atividade, nomeadamente da atividade jornalística e da informação, promovem a liberdade de expressão e sobretudo contribuem para uma participação mais informada e esclarecida dos cidadãos na vida pública.

Paralelamente homenageia-se também o associativismo que é uma das expressões mais fortes dos valores ligados ao 25 de Abril, desde logo com a liberdade de associação, de participação, de expressão e de cidadania. Neste contexto destaco também uma associação do nosso concelho que perfaz cento e cinquenta anos de atividade.

Partindo destes considerandos e ouvida também a Comissão Municipal de Condecorações, que reuniu em duas sessões e que se pronunciou favoravelmente, apraz-me registar que foi possível consensualizar um acordo em torno das propostas e do conjunto de personalidades, entidades e empresas que se propõe serem então homenageadas através da atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela.

E neste caso se da Medalha de Honra se trata, e será devida por serviços de excecional relevância prestados ao concelho, temos aqui um cidadão e uma entidade de referência nomeadamente Vitor Manuel Barrocas Borrego e a Sociedade Filarmónica Humanitária.

Depois relativamente ao Aniversário do 25 de Abril:

- no subtema Resistência e Liberdade, a Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro) para António Rodrigues Correia, Carlos Alberto da Silva (a título póstumo), Desidério Macau, União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN;

- no subtema Jornalismo e Liberdade, a Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro) para Gabriel Francisco Alves Rito, José Manuel Rosendo e Maria de Fátima Caçoete Brinca.

No domínio da Economia Local, a Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro) à Casa Venâncio da Costa Lima.

No Empreendedorismo Social, a Medalha Municipal de Mérito (grau Prata) a Pedro de Campos Vieira Dias.

No âmbito do Desporto, a Medalha Municipal de Mérito (grau Prata) a Daniel Pó, José Pinho, Manuel Pereira, Marco Morais e Ricardo Chumbinho.

A proposta vem fundamentada com historial e respetiva biografia, ou currículo, de cada uma das personalidades e entidades que se visa homenagear através da atribuição destas medalhas.

Disse Sra. Presidente. A palavra e a deliberação final cabe à nossa douta Assembleia"

O **Sr. Simplício Piteira da CDU** iniciou participação nos trabalhos cerca das 20:50 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pergunto quem quer intervir sobre este tema. Tem a palavra o PS, Raul Cristóvão por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Obrigada Sra. Presidente.

Boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, público que hoje não há, Srs. jornalistas, Srs. técnicos da autarquia.

Muito rapidamente, para reforçar algumas coisas que o Sr. Presidente disse, efetivamente estamos num concelho onde é difícil escolher porque ficamos sempre com a sensação que algo ficou de fora, mas neste momento é preciso escolher.

Nós, Partido Socialista, revemo-nos em todas as escolhas com exceção de um caso. Eu acho que a bem da verdade e da transparência, que é uma coisa que eu defendo na vida e na política, não concordamos com a colocação de todo com a condecoração da União de Sindicatos da CGTP-IN aqui mas votaremos favoravelmente esta proposta porque estão aqui não só instituições, como pessoas, que merecem da nossa parte um forte e respeitoso reconhecimento pela atividade desenvolvida em prol do concelho.

Nessa perspetiva pensamos que não é uma andorinha que faz a Primavera mas também não é o contrário, e portanto teríamos uma proposta diferente que nos parecia melhor. Aceitamos a democracia mas não concordamos com esta inclusão, no entanto reforçamos a nossa saudação e o nosso respeito por todos aqueles e aquelas e por todas as instituições que no dia um vão ser condecoradas pelo trabalho que têm feito em prol do concelho, e em prol das populações, e também pelo trabalho que fizeram, nomeadamente em termos de resistência no combate ao fascismo, que nos permite hoje estar aqui reunidos nesta Assembleia Municipal. Eu aqui queria salientar, e se me permitem, o nosso ex-padre e pároco deste concelho e ex-professor na Escola Secundária, o meu querido colega e amigo António Rodrigues Correia."

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Srs. e Sras. Membros da Assembleia outras intervenções e outras questões que queiram colocar.

Tem a palavra PSD/CDS, por favor, Rosa Pinto"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nós iremos votar a proposta favoravelmente embora não tenha tido oportunidade de falar com a Sra. Vereadora antes, porque até lhe poderia dizer isto a título particular.

Efetivamente a Comissão Municipal de Condecorações reuniu-se, eu pessoalmente não pude participar na primeira reunião à última hora não tendo podido fazer-me substituir. Em segunda reunião não houve total acordo sobre umas propostas, em todo o caso o que eu queria pedir era que em futuras reuniões fossem feitas atas e chegassem à Comissão conforme foi combinado, porque não me chegou nenhuma ata das reuniões Sra. Vereadora. Mas isto é uma questão burocrática mas era só isso que eu tinha para dizer.

Há aqui pessoas com quem concordamos mais sem ser homenageadas, com quem concordaremos menos, houve aqui alguns pontos de vista diferentes e penso que para o ano poderemos fazer melhor e não vamos pôr em causa a proposta. Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Pergunto se há alguma outra intervenção.

Bloco de Esquerda por favor, tem a palavra Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite a todas e a todos.

Efetivamente o Bloco de Esquerda participou em ambas as reuniões da Comissão de Atribuição de Medalhas. Confesso que, pessoalmente, não conheço todos os elementos que são agraciados com as medalhas propostas pela Câmara Municipal e quero só dizer que o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta lista de condecorações."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra agora a bancada da CDU, Valentim Pinto, por favor."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal, boa noite. Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Colegas Membros da Assembleia Municipal, funcionários da Câmara Municipal, comunicação social e público aqui presente.

Foi sempre uma preocupação dos órgãos autárquicos relativamente a esta matéria uma particular delicadeza no seu trato e a procura de consensos o mais alargado possível, tendo em conta que aquilo que se pretende, o objetivo destas homenagens simbólicas, é valorizar as pessoas e as instituições que neste concelho, nas mais variadas áreas, são merecedoras desse reconhecimento público, na opinião dos órgãos autárquicos, e que são seguramente da generalidade das populações que conhecem essas mesmas pessoas e essas mesmas instituições.

Os consensos naturalmente são mais fáceis, há pessoas que mereceriam quase um unanimismo pela sua natureza de intervenção, nomeadamente quando falamos em instituições e associações de cariz voluntário, de cariz cultural, desportivo, social, etc., e mesmo pessoas. Naturalmente quanto maior é o grau de intervenção política da própria natureza desse órgão, ou até da vida dessa pessoa, torna-se, naturalmente, mais difícil mas nem por isso impossível como aliás aconteceu, e tem acontecido sempre, encontrar esses consensos mais alargados.

Penso que é esse aspeto que aqui devemos valorizar, e a bancada da CDU valoriza, mais uma vez que o órgão autárquico Câmara Municipal e seguramente a Assembleia Municipal, até nos encontros prévios que se fizeram, e sempre se fazem, para tentar consensualizar estas matérias, que tenhamos essa capacidade e continuemos a ter de encontrar esses denominadores comuns.

Quanto à questão mais em particular da União dos Sindicatos de Setúbal, penso que aquilo que se pretende homenagear fundamentalmente é uma estrutura sindical que tem um caráter de intervenção ao nível da região e nessa homenagem homenagear homens e mulheres que hoje, em condições que começam a ser nalguns casos estoicas, continuam a resistir nos seus locais de trabalho contra as injustiças sociais, contra os despedimentos, contra as perseguições de natureza política-sindical, é disso que hoje neste Portugal quarenta anos depois do 25 de Abril temos que falar. Delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores, ativistas sindicais que não estão necessariamente ligados a estruturas sindicais e que não se esgotam na CGTP, não temos essa pretensão de monopólio mas temos um reconhecimento que é o facto desta estrutura sindical, que também intervém no nosso concelho, tem tido um trabalho meritório na congregação, na dinamização das estruturas sindicais da região.

Com esta homenagem e antes do mais, e termino Sra. Presidente, o que penso que estamos todos aqui a homenagear é a luta de resistência que os trabalhadores deste concelho, porque é agora do concelho que estamos a falar, têm tido pela defesa dos seus direitos, pela defesa da dignidade do trabalho, pela defesa

neste momento do próprio posto de trabalho. É com esse objetivo que a União dos Sindicatos aqui aparece homenageada e nós congratulamo-nos, naturalmente, com essa proposta.

Muito obrigado."

A **Sra. Carla Oliveira do PS** iniciou participação nos trabalhos cerca das 20:56 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Pergunto às Sras. e Srs. Membros da Assembleia se mais alguém deseja intervir? Não, então assim sendo ao Sr. Presidente da Câmara se quer aduzir mais algum elemento.

Muito bem, então eu acho que vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

PONTO DOIS – Opção de venda da participação da Câmara Municipal de Palmela no capital social da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, no âmbito do processo de privatização da EGF

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos passar à proposta número dois, "Opção de venda da participação da Câmara Municipal de Palmela no capital da AMARSUL".

Peço ao Sr. Presidente da Câmara, por favor, que nos fale deste tema caraterizando naturalmente com todos os dados que tem e pela importância que a questão assume, enfim, de forma a ajudar a Assembleia também a perceber melhor este tema e a importância que ele tem para o nosso concelho."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu neste caso procuraria ler na íntegra a proposta e depois aduzir mais alguns esclarecimentos e comentários que possam facilitar, sobretudo a posição que o Município tem vindo a tomar e por isso em coerência apresentou esta proposta que foi aprovada no executivo municipal.

"No âmbito do processo em que o atual Governo pretende levar a cabo a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), do Grupo Águas de Portugal AP, de que faz parte o sistema multimunicipal AMARSUL, a que aderiu o Município de Palmela, com os restantes Municípios da Península de Setúbal, todos subscritores de 49% do capital social e que com a venda de 51% detidos pelo Estado, vêm alteradas as condições e os pressupostos daquela subscrição, a - Parpública - Participações Publicas (SGPS) S.A e Águas de Portugal entregaram na Câmara Municipal uma carta solicitando a tomada de posição do Município acerca da opção de venda da participação dos dois vírgula oitenta e oito por cento que o Município de Palmela detém na Amarsul, nos termos da minuta que acompanhava a referida carta e que se anexa à presente proposta.

Ora, considerando que:

1. *A Câmara Municipal de Palmela, em devido tempo, se pronunciou (24 de janeiro de 2014) formalmente contra a intenção da privatização da EGF, dando nota dessa posição junto do Governo*

e da Associação Nacional de Municípios, por considerar que as políticas e as medidas apresentadas pelo Governo visam:

a) a alienação das participações públicas do estado na sociedade, com a venda da EGF a privados;

b) abrir a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas;

c) subverter as condições que levaram os Municípios a aceitar e a integrar o atual sistema multimunicipal e a participar no capital social da AMARSUL;

d) transformar o serviço público de gestão e tratamento de resíduos num negócio privado que apenas visa o lucro, com inevitáveis aumentos de tarifas e graves prejuízos para os trabalhadores da própria empresa, para a região e para o País.

2. Na sequência da resposta do Senhor Presidente da Câmara à carta do Senhor Ministro da Tutela (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia), rececionada em 17 de abril de 2014 sobre as designadas "reformas legislativas e regulatórias no setor dos resíduos sólidos urbanos", em que o município de Palmela reiterou a exigência do respeito pela autonomia do Poder Local e o cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa, de modo a que não fossem tomadas quaisquer decisões ou medidas que visassem a alteração dos pressupostos que estiveram na base da criação do atual sistema multimunicipal e da AMARSUL, empresa presentemente equilibrada e sustentável financeiramente;

3. De forma reiterada, o Governo tem procurado alterar, ao "arrepio" da Lei e da Constituição da República Portuguesa, os próprios estatutos da empresa de resíduos sólidos – AMARSUL, facto que mereceu rejeição de todos os municípios que integram a referida empresa e da Câmara Municipal, (em 2 de maio de 2014); pronunciando-se coerentemente sobre a matéria, conforme carta que se junta cópia;

Propõe-se:

a) atento os considerandos invocados, que a Câmara Municipal de Palmela não exerça a opção de venda da participação que o Município detém no capital social da Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., reafirmando a vontade de não aceitação da privatização da EGF (Empresa Geral de Fomento), e que manifeste a sua oposição às intenções em curso quanto às "Reformas Legislativas e Regulatórias em curso no setor dos resíduos sólidos urbanos", ratificando as posições que sobre a matéria em apreço, esta Câmara Municipal tem assumido.

b) que a presente proposta seja remetida, nos termos da legislação aplicável, para a Assembleia Municipal para os efeitos tidos por convenientes.

c) que se dê conhecimento da presente deliberação da Câmara Municipal de Palmela, à Parpública – Participações Públicas (SGPS) S.A. e Águas de Portugal, à Presidência da República, à Assembleia de República, Grupos Parlamentares, Juntas de Freguesia do Concelho, Conselho Metropolitano de Lisboa, Associação de Municípios da Região de Setúbal, aos Municípios Acionistas da AMARSUL, à Empresa Geral de Fomento, à AMARSUL, e à comunicação social em geral."

A este propósito diria ainda que, naturalmente, esta opção de não venda é apenas um dos episódios do processo porque nós considerámos que era fundamental trazer este assunto à Assembleia Municipal. Embora a missiva fosse apenas dirigida ao Município e houvesse dúvidas até do ponto de vista jurídico se seria necessário, nesta fase, trazer o assunto à Assembleia, eu queria aqui recordar às Sras. e Srs. Membros da Assembleia que a adesão ao sistema teve que ser aprovada e deliberada na Assembleia, e este é o órgão deliberativo por excelência.

O que está em causa é que os Municípios à época da criação da AMARSUL, importa referir para quem conheça menos bem estes processos, eram pioneiros na região de Setúbal, e também havia em Lisboa e mais num ou noutro ponto do País, e tinham um outro sistema intermunicipal, a LIMARSUL.

De facto com outras medidas relativamente aos resíduos também por imposição da União Europeia, e do Governo da altura, a possibilidade de recurso a fundos comunitários foi utilizado um bocadinho como chantagem para que os Municípios abandonassem o seu sistema e decidissem integrar o sistema multimunicipal ficando em minoria mas sendo o Estado, e o Estado Português também somos todos nós, detentor da maioria do capital social.

Ainda que ficando em minoria, para os Municípios, ter o Estado, que consideramos para todos os efeitos que é pessoa de bem e por enquanto os cidadãos ainda podem escolher os órgãos de Estado, que fazia algum sentido virmos a abdicar do sistema intermunicipal e na altura também apresentaram os Municípios um conjunto de exigências de valorização de tratamento dos resíduos, de construção de ecocentros, de tecnologias, de investimentos que, de facto, temos aqui que admitir transformaram positivamente o ambiente na região e em particular na Península de Setúbal porque demos um salto muito grande, qualitativo, nesta matéria.

Sobre isto também dizer às Sras. e Srs. Membros da Assembleia que este sistema, ao contrário de outros do País, contou sempre com menor comparticipação de fundos comunitários e que grande parte do esforço de investimento e nomeadamente investimento tecnológico, até recentemente as últimas CVO (central valorização operacional de resíduos) os Municípios foram chamados a contribuir com um esforço maior desde logo pagando na tarifa esse esforço de investimento em grande desigualdade com outros sistemas no País.

Por tudo isto este é um sistema que nos é muito caro e tem também uma particularidade, é que temos um acordo parassocial que determina, por exemplo, que os Municípios possam nomear seus representantes para o conselho de administração da empresa; que determina, por exemplo, que os Municípios possam convocar sem grandes restrições uma assembleia geral da empresa; que os Municípios participem, por exemplo, numa comissão que aprecia o tarifário e reparem aquilo que acontece com a privatização, que tem perigos que já aqui foram referidos, é muito mais grave mas retira por completo a possibilidade de participação dos Municípios na intervenção e na estratégia política da gestão de resíduos nos quais são simultaneamente acionistas e clientes.

Depois esta questão de exercermos a opção de não venda tem ainda que ver com outro aspeto. É que os Municípios estão disponíveis, conjuntamente, para adquirir os dois por cento que faltam para serem maioritários no sistema e para que não restem dúvidas, até porque já tivemos oportunidade de discutir isto em sede do órgão Câmara, aqui não se trata de nenhuma batalha contra os privados. Os privados, nós temos uma economia mista, não podem é ter um tratamento privilegiado relativamente a estas matérias. Isto faz lembrar outras concessões e outras decisões que têm havido ao longo dos últimos anos, desde a concessão de transportes a privados em que o público não pode concorrer a uma linha que foi feita com capitais públicos só uma empresa privada é que pode.

Isto é um bocadinho maquiavélico, é que estamos impedidos de comprar os dois por cento que possibilitariam que o público, que somos nós os Municípios que são simultaneamente acionistas e clientes, pudéssemos deter a maioria do capital. Garanto-vos que a saúde financeira que hoje a AMARSUL tem, os avanços que tem conseguido alcançar, e mesmo assim confesso-vos que queremos mais e algumas metas do PERSUR que são muito ambiciosas também nos animam do ponto de vista ambiental preocupa-nos é quem é que vai pagar, para se atingir essas metas. A AMARSUL tem tido estes resultados e esta gestão equilibrada graças também à intervenção dos Municípios no conselho de administração e a uma gestão criteriosa que passa muito pela capacidade de pressão que os Municípios têm neste sistema.

Depois uma nota final mais de caráter de política geral que, naturalmente, cada um tem a sua posição e o direito a analisar como entender. Estas questões do público e do privado num conjunto de processos em que têm vindo a ser retiradas competências às autarquias, em que tem havido interferência metendo competências na esfera de entidades reguladoras e de outras entidades, tudo isto preocupa-nos em demasia até porque todos os resultados que conhecemos de outras privatizações em setores estratégicos na área das energias, dos transportes, como tem acontecido nos últimos anos no nosso País, ao contrário daquilo que foi prometido, não conheço nenhum caso em que os preços tenham baixado e em que a qualidade do serviço tenha aumentado. É por isso que nós temos estas preocupações. Temos preocupações que os Municípios fiquem limitados a um conselho, dito consultivo, num supersistema que vai agrupar dezenas de outros Municípios, e que haja, de facto, uma entidade, porque é privada e que fez um investimento considerável,

queira a remuneração do seu capital num determinado espaço de tempo que a qualidade do serviço, pese embora as metas do PERSUR serem muito exigentes no sentido de se levar a recolha seletiva e outras medidas a mais cidadãos, aquilo que tememos porque cada vez que se tentou fazer isso sempre nos disseram: *"isso é possível mas tem de se repercutir na tarifa".* A questão que nós colocamos é quem é que vai pagar o sistema? E quem vai pagar o sistema são os Municípios e são os seus munícipes, são os cidadãos, assim tem acontecido em todos os sistemas.

Acrescentaria ainda outra nota final de política geral. Eu tenho por assumido que aquilo que é público é de todos e que nas mãos dos cidadãos, bem ou mal, abstenham-se ou não de escolher. Se considerarem que o sistema está a ser mal gerido, se considerarem que a tarifa é injusta, se considerarem que o tratamento dos resíduos está a afetar o ambiente do seu território e a sua qualidade de vida, os cidadãos, e os munícipes, com uma participação maioritária das entidades públicas podem, a qualquer momento, escolher os seus representantes e os seus decisores políticos que têm, naturalmente, responsabilidades na gestão deste sistema. Estando a maioria do capital nas mãos de privados, naturalmente, as pessoas deixam de conhecer quem é o acionista. Ou seja, é que é mais fácil reclamar ao Presidente da Câmara do que reclamar ao Presidente do Conselho de Administração da AMARSUL, da EGF ou da EDP. Esta é que é a questão de fundo.

Em todo o caso não sendo esta a única matéria que interessa trazer à Assembleia, neste momento tínhamos de partilhar com a Assembleia esta nossa pronúncia pela opção de não venda. Também adiantaria já aqui para um ou outro aspeto que é importante para antecipar eventuais questões.

Há quem refira: *"então mas os Municípios devem à AMARSUL e querem comprar o capital?"* Não há aqui qualquer contradição, eu não conheço quase ninguém que não tenha dívidas, tem dívidas contratualizadas, até muitos de nós que estamos nesta sala temos dívidas. A dívida privada até é superior à dívida pública, nós também pagamos as nossas casas e outros investimentos que fazemos na nossa vida a prestações. Neste caso concreto a dívida do Município à AMARSUL, para além de estar devidamente controlada e contratualizada, eu até adiantaria aqui aos Srs. Membros da Assembleia nós não a pagamos por antecipação neste momento não é por não termos dinheiro, nós temos dinheiro, é que não vale a pena, ao contrário daquilo que estamos a fazer com a SIMARSUL onde nos propusemos pagar já todo o ano de 2014 duma só vez para pouparmos nos juros. Na AMARSUL a dívida está bem contratualizada com todos os Municípios. Dantes Setúbal tinha um problema, mas já tem o assunto resolvido, estão a ver a sua participação a ser remunerada porque tem havido resultados positivos, quer dizer nós recebemos assim uma "fortuna" à volta de quatro mil euros de remuneração de capital por ano mas é melhor do que não receber nada.

Não é uma questão de saúde financeira porque, felizmente, não é disso que se trata, e existe capacidade para tal, é uma questão de justiça. É uma questão de serem os Municípios que são os legítimos representantes dos cidadãos, nós representamos os cidadãos, que têm de ter, de facto, a maioria e voz ativa na gestão dum sistema, dum setor estratégico ou não fosse a água, os resíduos e as energias, o petróleo do século vinte e um e é por isso que há apetite voraz de grandes grupos económicos em terem, de facto, a maioria e o controle destes setores estratégicos para o País.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, eu acho que o tema é de facto, como o Sr. Presidente aqui disse, demasiadamente importante para não ter o nosso envolvimento, justamente porque as Assembleias Municipais deliberaram a participação dos Municípios, das Câmaras neste caso, nestas entidades e portanto eu acho da maior oportunidade o facto de este assunto vir à nossa Assembleia independentemente de, como o Sr. Presidente sublinhou também, não ser necessário uma posição formal da Assembleia, isto é uma deliberação da Assembleia. Nós entendemos que devíamos pronunciarmo-nos sobre este assunto pelo que está aberta a discussão e foi por este motivo que o tema foi introduzido sob a forma de proposta, porque sendo uma Assembleia extraordinária não tínhamos outra forma de pronunciar sobre ele a não ser que ele constasse na ordem de trabalhos.

Está aberta a discussão sobre este tema. Tem a palavra pela parte do Partido Socialista, o Membro da Assembleia José Manuel Silvério.

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Boa noite à Sra. Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, os meus cumprimentos ao caros colegas da Assembleia, aos técnicos da Câmara presentes e à comunicação social presente, não deixando de felicitar Fátima Brinca pela sua condecoração justíssima que é uma mulher do nosso concelho com uma vida de enorme coragem.

Em relação a esta proposta, isto não se trata de um mero documento ou uma mera proposta apresentada à Assembleia por parte do executivo. Isto é um documento, uma proposta, de política e uma proposta, e um documento, ideológico e que o PS subscreve e identifica-se totalmente com esta posição porque está aqui a diferença entre os que defendem os bens públicos fundamentais para o bem-estar da vida humana e os que defendem os interesses mercantis dos grupos de agiotas.

Mas vamos aos factos, se o Governo não estivesse de má-fé neste assunto, por interesses escondidos, era sua obrigação garantir o direito de preferência aos Municípios em negociações prévias e de acordo com o que foi o princípio para que foram criadas estas empresas intermunicipais. E não ter apenas, como tem neste caso o Governo, o único objetivo em todo este processo, como em muitos outros tem acontecido, a privatização do capital social deste grupo.

E todos sabemos, aliás, que este Governo até tentaria se fosse possível vender o ar que nós respiramos, o que não é possível se não faria também.

Mas vejamos se isto é no entender deste Governo a melhor solução para o País. Ora se eles entendem que isto é a melhor solução para o País vamos averiguar porque é que isto acontece. Porque é que das cento e setenta e quatro Câmaras que estão envolvidas nestas onze sociedades da EGF apenas dez autarquias subscreveram os interesses nesta matéria do Governo. Inclusive há Câmaras lideradas pelo PSD a reagirem violentamente contra a posição do Governo, como no caso de Esposende onde o presidente PSD não se revê na social-democracia mercantil.

Então a questão que aqui se coloca é, serão os autarcas todos loucos? Serão masoquistas? Interesseiros? Cooperativistas? Ou apenas não são parvos e sabem que são as suas populações que vão pagar esta fatura. Eles sabem que o privado não vem aqui, como disse o Sr. Presidente da Câmara, para prestar um serviço público, vem aqui para ganhar dinheiro.

Mas chegados aqui perguntamos: Que negócio é este que tanto interessa a este Governo privatizar? E porque será que há tantos interesses de grupos económicos a procurar esta privatização? Porque a EGF é um grupo rentável, com mais de vinte milhões de euros de lucro/ano, movimentando anualmente perto de cento e oitenta milhões de euros. Vejamos o caso da VALORSUL que é maior empresa que gere negócios anuais de setenta milhões, aparece em segundo lugar a AMARSUL que gere neste momento cerca de vinte milhões.

Mas isto não seria o suficiente para estes grupos todos se interessarem por este negócio. É que para além disso o Governo prepara-se com truques, como é habitual, para oferecer aos interessados à privatização, depois desta acontecer:

- aumentar as tarifas aos cidadãos;

- obrigar com penalizações às populações, a separação do lixo na fonte de origem, permitindo assim um maior rendimento no tratamento e objetivamente com mais lucros para os acionistas;

- pretende também oferecer aumentando o valor da contrapartida que as empresas de tratamento de lixo já recebem pelos materiais recicláveis. Um montante importante nas receitas dessas onze empresas e que é pago pela Sociedade Ponto Verde (SPV) mas que depois da privatização passará, com toda a certeza, dos atuais vinte por cento para cinquenta ou sessenta por cento;

- haverá também, se for deixado, uma cobrança de produção de lixo mínimo, isto parece incrível, per-capita em cada fogo habitacional, quer seja pago pelas famílias quer seja pago pelos municípios.

A exemplo do que aconteceu com a distribuição da água, um direito fundamental da vida humana, veja-se os negócios ruinosos que foram feitos por algumas Câmaras, essencialmente do PSD, para o erário público e para as populações que foram obrigados a pagar o dobro da água que consomem numa lógica de subverter, inclusive, o que deve ser a preservação de um bem essencial da vida, como é a água. É o mesmo que dizer, ou gastam água ou pagam na mesma. Nós temos munícipes no nosso País que pagam quase o dobro daquilo que consomem, foi contratualizado assim e isto é a mesma coisa que dizer às pessoas vocês consumam senão pagam os munícipes pagam as Câmaras.

Com o lixo vai acontecer o mesmo, será qualquer coisa do género ou fazem lixo ou vão para o lixo. Se não pagarem uma taxa de produzirem o lixo mínimo então terão que pagar, porque esse é o único objetivo dos grupos de agiotas e dos seus amigos tudo em nome da livre concorrência económica.

Tudo isto é importantíssimo e o PS subscreve completamente o teor da proposta apresentada.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia outras intervenções sobre o tema.

Tem a palavra o PSD/CDS, por favor, Carlos Vitorino.

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite, cumprimentando na pessoa da Sra. Presidente todos os elementos presentes na sala.

Gostaria em primeiro lugar, se me fosse permitido, fazer uma pergunta concreta ao Sr. Presidente que é: a venda da participação quanto é que renderia em termos económicos, portanto a venda desta participação."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se acompanhou os anexos à proposta, até os anexos valem a pena serem lidos com alguma atenção, não é, porque é uma minuta, estou a dizer isto ironicamente e não é para o senhor é para ver como o tal espírito maquiavélico também existe na minuta. Por um lado diz-se assim, o Município se concordar tem de mandar uma minuta nestes termos em que diz que aceita que o preço de venda por ação seja no mínimo, nove euros, quarenta e oito cêntimos três décimas de cêntimo. Depois lá mais à frente diz "*Não obstante o atrás referido e sem que tal consubstancie uma obrigação, reserva-se o Município o direito de vender à EGF a sua Participação, por preço inferior ao acima identificado ....*" . É interessante a forma como nos mandam as minutas.

Eu confesso que não fiz as contas mas teríamos então que multiplicar aqui a nossa participação, que é de dois vírgula oitenta e oito, e ver o número de ações. Eu não tenho essas contas feitas, por acaso tinha as contas no dia da reunião de Câmara, mas trocaram-me a capa e deram-me cabo disto. Deram-me umas propostas muito limpinhas, acabadinhas de fotocopiar, desarmaram-me. Peço desculpa."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Era importante até para saber qual seria o encaixe financeiro para a autarquia da opção.

É evidente que se trata de uma opção política e dentro dessa opção política sendo tradicionalmente a CDU favorável à coletivização, e aqui faço minhas as palavras do Vereador Paulo Ribeiro, é evidente que vai sempre defender a coletivização e haver empresas públicas em detrimento de privadas.

O nosso entendimento é que público e privado são compatíveis e, em certos casos, como este, esta decisão deriva, penso eu, como várias outras de um memorando de entendimento e de uma opção que foi até

assinada deste Governo tomar posse e exercer funções, isto para algumas pessoas mais esquecidas desta situação.

É evidente que neste caso concreto podendo nós concordar com alguns argumentos, também achamos que a opção de não venda se calhar contrariará alguns desses argumentos nomeadamente a questão da fiscalização. Se são acionistas e clientes talvez fosse melhor passar a clientes e passar a exercer uma opção de fiscalização sobre a concessão, porque a concessão é obrigada a cumprir os vários requisitos. Daí que eu ache que os graves prejuízos que poderiam ocorrer se obstariam com uma vigilância da parte da concessão, daí que seja esta opção talvez contrária ou então adquirir a totalidade do capital da EGF que também era uma alternativa.

Eu acho que politicamente talvez fosse preferível vender, realizar o tal encaixe de capital e depois exigir o cumprimento integral por parte da entidade privada dos seus deveres.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra a CDU, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, Sr. Membro Valentim Pinto."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"A bancada CDU subscreve a posição da Câmara Municipal de Palmela considerando, e corroborando, os argumentos já aduzidos pelo Sr. Presidente.

Sendo uma empresa que está integrada no Grupo Águas de Portugal, uma empresa rentável com os números que já foram apresentados, este Decreto-Lei nº 45/2004, de vinte de março, vem dar um golpe decisivo neste processo.

É bom recordar que havia um acordo chamado de "Acordo de Acionistas" assinado em mil novecentos e noventa e sete, entre o Estado e os Municípios, que este Governo subverteu. Esse "Acordo de Acionistas" consagrava que as vendas das ações detidas pelas entidades públicas só podiam ser vendidas a terceiros com o acordo dos detentores de dois terços dos acionistas. Ou seja, só com o acordo de dois terços dos acionistas é que podia ser vendida a entidades, a terceiros. Esse acordo, assinado em mil novecentos e noventa e sete, entre o Estado e os Municípios, foi aqui completamente viciado o que é duma gravidade político-jurídica que não vale a pena estar a adjetivar, e retirando depois também, como o Sr. Presidente aliás já aqui referiu, aos Municípios o poder de quererem as próprias ações que o estado detém. Os Municípios que queiram fazer essa aquisição estão impossibilitados de o fazer.

Obviamente que os novos estatutos, entretanto aprovados, da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos vão permitir fixar taxas, ou tarifas, de tratamento de resíduos sólidos urbanos o que sendo antes de mais uma intromissão naquilo que tem sido até agora uma área de intervenção do poder local democrático é, obviamente, e indicia, só quem for ingénuo ou desatento é que não perceberá, um inevitável aumento dessas tarifas a curto ou médio prazo de uma menor qualidade e até algumas perversidades que podem estar aqui em causa. É que sendo uma empresa que tem como fim o lucro, o seu próprio objetivo é contrário à redução da produção de resíduos sólidos urbanos que é um aspeto adverso que também valia a pena refletir, porque obviamente uma empresa que tem fins lucrativos quanto mais produção de resíduos sólidos urbanos houver mais ganha com isso. Todas as políticas de prevenção, de educação ambiental, etc., no sentido de redução dos resíduos sólidos urbanos estará aqui pervertida por uma empresa que tem interesse que haja mais resíduos sólidos urbanos e que não haja menos. Há aqui perversidades de toda a ordem neste processo.

Não foi aqui referido mas há que, também, sublinhar são os trabalhadores, é o emprego destes trabalhadores, é o direito destes trabalhadores, direitos e regalias, que naturalmente à semelhança do que já tem acontecido em muitas outras empresas privatizadas que estão em causa. Na nossa história recente e contemporânea temos muitos exemplos dessa situação. Daí que nos pareça que a recusa da Câmara na venda da sua participação no capital seja uma medida absolutamente justa.

Quanto à argumentação do Membro Carlos Vitorino, digamos que remete para aquela ideia mítica das entidades reguladoras, não sendo explicitamente aquilo que disse é uma mistificação política pura. As entidades reguladoras na saúde, nos transportes e mobilidade, etc., o que se tem manifestado claramente é como entidades que estão ao serviço dos próprios interesses privados. Isso não vale a pena, podemos dar exemplos que agora não vêm a propósito, eu na área da saúde conheço um muito recente até com pessoas minhas conhecidas e que a própria entidade reguladora tomou uma posição relativamente a um HPP absolutamente inadmissível da subscrição duma atitude que do ponto de vista médico era complicada para a saúde do próprio utente, e as entidades reguladoras têm essa subserviência porque estão ao serviço desses mesmos interesses que é um ato que eu chamaria de ingenuidade ou de não querer assumir politicamente a gravidade desta decisão.

Só duas notas finais Sra. Presidente, dizendo que o Sr. Membro Carlos Vitorino fez ali uma insinuação relativamente ao Partido Socialista e tem razão também nesse aspeto, o que não lhe retira a responsabilidade agora deste ato concreto que é deste Governo. Enfim as empresas, o capital é o mandatário, tem os seus mandantes e os mandantes são os executores desses interesses e seja o PS ou o PSD para nós quem estiver na altura no Governo, e for o mandante, nós estaremos contra e neste caso é este o Governo e é deste que estamos a falar e daí a nossa crítica.

Finalmente aqui aproveitava para fazer um apelo a uma concentração que se vai realizar no dia seis de junho, às nove e trinta, no Largo do Rato em Lisboa até à Assembleia da República, exatamente em defesa deste serviço público e que eu aqui convidada todos os presentes a participarem. É convocada/subscrita pelos sindicatos, têm o apoio da Associação de Municípios da Região de Setúbal, e, portanto, fica aqui o convite à participação nesta concentração/manifestação em defesa dos serviços públicos e neste caso concreto na matéria que estamos aqui a referir nesta Assembleia.

Muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente. Devolvo a palavra ao Partido Socialista, novamente, por favor, Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"É recorrente, a gente diz e rediz mas há pessoas que têm dificuldade em ouvir, ou compreender, ou perceber, mas pronto só para muito rapidamente esclarecer mais uma vez que esta privatização, nem esta nem nenhuma em concreto, mas sobretudo esta estava em qualquer memorando. O memorando falava em seis mil milhões nas privatizações e foram feitas nas duas privatizações cerca de oito mil milhões e, portanto, estava fechado o capítulo das privatizações e tudo o resto é folclore ou literatura de cordel.

Depois o Sr. Primeiro-ministro hoje esclareceu que afinal não é a Troika que teve a culpa, afinal é o Governo que fez tudo o que quis e porque quis e, portanto, já acho que a questão do memorando hoje ficou fechada. Já não é uma questão de memorando é uma questão de política e de programa do Governo, a gente já sabia que o Governo queria ainda mais que a Troika, já agora é isso e depois, para terminar e para a gente rir um bocadinho, agora fiquei preocupado com a manifestação a começar no Rato, pensei que fosse de apoio a algum dos nossos candidatos e fiquei preocupado. Mas pronto, como já percebi que não é fico mais descansado.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS, por favor, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Perante as palavras do meu ilustre colega da bancada Socialista, efetivamente, há posições que também nos custa a compreender. Aliás a própria privatização da água quando começou a ser falada foi no tempo do vosso Governo de José Sócrates, se bem me recordo, portanto aqui os esquecimentos e as memórias têm dias, não é?

A posição efetiva sobre isto também quero relembrar, e tal como o Sr. Presidente da Câmara falou, não somos contra os privados, não é? O próprio Dr. Valentim, quando eu fiz parte do executivo, contratamos privados para a recolha do lixo e a Junta supervisionava e também era por caixote e não fomos nós que sugerimos, nem tinha eu esse pelouro. Portanto, efetivamente, todos temos os nossos dias de contradição pelos vistos. Pronto, a nossa posição está assumida.

Juridicamente, tal como eu disse aqui um dia ao Sr. Presidente, há coisas que mereciam aqui um estudo mais jurídico na contratualização, os estatutos da AMARSUL eu não os tenho aqui à mão. Considero que esta proposta foi apresentada não sendo propriamente da competência da Assembleia, não é? Em todo o caso consignamos a ideia de que quiseram trazer isto para debate na Assembleia.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia mais alguma intervenção.

Pergunto ao Sr. Presidente se quer acrescentar mais algum dado, por favor, sobre este tema."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, só três/quatro notas muito telegráficas.

Esta coisa do folclore ou do discurso de folclore, por favor protejam o folclore, deixem o folclore que não tem culpa disto, não é? Vamos ter depois de amanhã um grande encontro de folclore em Poceirão. Isto é só uma brincadeira.

Relativamente à coletivização eu creio que também já não estamos em tempo de fantasmas ideológicos. Vou ter o prazer de oferecer ao Sr. Membro da Assembleia Carlos Vitorino um programa do Partido Comunista Português para ficar devidamente esclarecido acerca do modelo de sociedade pelo qual nós lutamos.

Também uma referência à Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, é que o recurso ao outsourcing não é fazer o apanágio da privatização. O recurso ao outsourcing é uma necessidade e existe em todo o lado, até nos chamados países mais coletivizados. Infelizmente muitas vezes é uma necessidade que sai mais caro porque estamos impedidos no público de contratar, e essas contas ninguém tem a coragem de fazer mas podemos fazê-las setor a setor.

Voltando à questão de fundo, uma questão muito concreta que foi colocada pelo Srs. Membros da Coligação do PSD/CDS-PP que é a questão da fiscalização. É que não há como fazer a fiscalização, ficamos nas mãos de entidades reguladoras que aquilo que temos vindo a assistir, no gaz, nos combustíveis, na eletricidade, tem dado os resultados que nós conhecemos e nalguns casos até com alguma imoralidade quando há quadros das entidades reguladoras que depois duns tempos se demitem e vão trabalhar para as empresas cuja atividade andaram a regular. Logo por aqui eu creio que temos razões para ter uma enorme desconfiança nesta matéria, mas, precisamente, é que não há condições para fiscalizar. Os Municípios ficam reduzidos a um papel insignificante dum conselho consultivo sem qualquer parecer vinculativo. É come e cala, paga e cala, e é isso que nós consideramos que não pode acontecer.

Relativamente à entrada dos privados no sistema, são bem-vindos desde que deixem ser o público maioritário a gerir e a definir as regras porque nós trabalhamos para um serviço público. Isto tem de ser um serviço público que tenha em primeiro lugar o interesse público e não é uma área de investimento e especulação financeira e de rentabilidade de capital que, obviamente, o serviço público também dá lucro. O que é interessante aqui verificar é que dantes havia aquela ideia: temos de privatizar determinados setores porque isto é um poço sem fundo para o público, para os cidadãos, mas agora privatizam aquilo que dá

lucro. Isto começa a ser mais que descarado, uma opção de classe e dá a sensação que só há ideologia quando estamos à esquerda, quando estamos ao centro ou à direita não há ideologia essa é precisamente a ideologia mais perigosa, é aquela que subverte a própria democracia e os próprios princípios em que se fundamenta o estado de direito democrático.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, e disse muito bem.

Acrescentava só que a mais perigosa das ideologias é a ideologia da não ideologia, não é?

Só um pormenor, não é nada de novo, mas sublinhava este aspeto que me parece muito importante. Que, de facto, não é nem seria o papel fiscalizador neste caso das Câmaras Municipais, do poder local, que conferia as opções pelo serviço público. As opções pelo serviço público fazem-se, de facto, quando se definem as políticas, quando se fazem as opções de fundo e isso não é compatível com um papel, por muito bem desempenhado que fosse, de fiscalização num tema tão importante como este.

É absolutamente indispensável que os Municípios mantenham o papel que têm num tema, num setor, que remete para algumas das dimensões mais elementares mais básicas da nossa vida.

Já agora só a título de curiosidade comentava convosco, enfim provavelmente muitos tiveram oportunidade de ouvir o mesmo, eu creio que foi no início desta semana ou já na semana passada. A propósito deste tema um dos comentadores da nossa praça, não interessa, como imaginam do ponto de vista ideológico como todos sabemos não é propriamente com os nossos valores e princípios que a maioria dos comentadores políticos, ou sobre política, que comentam sobre política na nossa praça pública se situam. Repito não é do ponto de vista ideológico próximo das nossas posições na generalidade das situações, e eu fiquei espantada por ouvir um desses comentadores a manifestar-se profundamente surpreendido, manifestando até alguma incompreensão, por esta opção de privatização neste setor dizendo qualquer coisa como isto: *"... é incompreensível ..."*

De facto, porque é um serviço, é um setor, é uma atividade, onde o serviço público está, é inerente, é natural ou seja é uma coisa que tem que ser feita e porque tem que ser feita se um dia houver privados, que por alguma razão, considerem que a coisa deixa de ser interessante do ponto de vista económico lá volta o Estado a ter que fazer. Então porquê privatizar? Qual é o sentido disto? Mesmo para quem admite, como se depreendia das palavras, que a privatização é uma solução em muitas áreas de negócio e muitos setores de atividade.

Acho que aqui é de facto dos temas em que nós devíamos convergir e ter uma posição, pelo menos ao nível dos Municípios, convergente, de unanimidade, de defesa do serviço público e da intervenção dos Municípios na defesa desse serviço público.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia se não houver mais intervenções vamos votar esta posição.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte sete votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu ia terminar com isso mesmo, no próximo dia um assinala-se o Dia do nosso Concelho há muitas iniciativas que a Câmara Municipal através do convite que o Sr. Presidente já nos remeteu. De entre as várias iniciativas destaco aquela que tem lugar no Bando às quinze horas, nas galerias do Castelo às dezasseis horas e no Cine-Teatro São João às dezassete horas.

Isto é o Dia do concelho, que é o dia um de junho, domingo, para além que é o Dia da Criança, para além de que há inúmeras atividades no concelho começando por aquilo que se vai passar desde o período da

manhã, concerteza que em todas as freguesias, mas aqui na sede do concelho com a intervenção do Palmelense e da nossa empresa municipal.

Antes disso temos no sábado o Dia Municipal do Bombeiro, que começa as suas comemorações às dez e trinta da manhã e como sabem é uma data que pretende homenagear os nossos Bombeiros e onde estamos todos convidados a participar e a assistir a alguns dos momentos mais emblemáticos da vida das nossas associações bem como algumas demonstrações da sua vitalidade, da sua capacidade, que de resto já vem acontecendo ao longo do mês de Maio e que todos nós fomos tomando contacto através dos convites que nos enviaram.

Portanto até sábado em primeiro lugar e pelo menos, senão até sábado, seguramente até domingo.

Muito obrigada a todos, resto de uma boa semana e boa noite."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta e oito minutos, da qual se lavrou a presente ata, que eu **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e nove de maio de dois mil e catorze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete